

MAPFRE Brasil Participações S.A.
CNPJ nº 09.007.935/0001-74

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - DEZEMBRO DE 2013

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.S.as. as Demonstrações Financeiras da MAPFRE Brasil Participações S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas na forma da legislação societária, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.
A MAPFRE Brasil Participações S.A., controlada da MAPFRE S.A. entidade com sede na Espanha em Madrid, foi constituída em 29 de maio de 2007 sob a denominação de Pisek Participações S.A. Em 29 de setembro de 2010

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Notas	633.837	505.056	13.674.534	14.342.631
Circulante				
Disponível	5	45	317.514	254.270
Ativos financeiros	6	444.754	4.821.921	7.889.204
Créditos das operações com seguros e resseguros	10	-	4.283.688	3.370.586
Créditos das operações com previdência complementar	-	-	9.112	401
Créditos das operações de capitalização	-	-	8.614	3.975
Ativos de resseguro - provisões técnicas	18	-	1.525.563	1.015.533
Títulos e créditos a receber	7	173.015	213.027	309.413
Créditos tributários e previdenciários	8	15.959	10.724	478.746
Outros créditos	-	-	22.364	1.644
Despesas antecipadas	-	64	-	10.825
Custos de aquisição diferidos	18	-	1.241.268	1.008.032
Passivo não circulante	3.187.932	3.126.647	13.858.487	9.828.788
Realizável a longo prazo	2.943	9.652.208	5.618.494	2.614.252
Ativos financeiros	6	-	5.925.790	2.614.252
Créditos das operações com seguros e resseguros	10	-	814.652	500.919
Ativos de resseguro - provisões técnicas	18	-	88.783	94.883
Títulos e créditos a receber	7	-	1.296.538	1.171.670
Créditos tributários e previdenciários	8	2.943	928.471	841.369
Custos de aquisição diferidos	18	-	597.795	599.222
Despesas antecipadas	-	-	179	179
Ativos não correntes disponíveis para venda	9	-	261.341	194.200
Propriedades imobiliárias de investimento	-	-	12.115	12.006
Investimentos (participações societárias)	11	3.182.940	3.126.187	8.248
Intangível	12	2.049	460	114.095
Imobilizado	13	-	3.328.930	3.402.422
Goodwill	13	-	481.550	481.550
Total do ativo	3.821.769	3.631.703	27.533.021	24.171.419

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

foi deliberada por meio de Assembleia Geral a alteração da razão social de Pisek Participações S.A. para MAPFRE Brasil Participações S.A. O Grupo, é uma sociedade de capital fechado e possui como objeto social a participação como quotista ou acionista, em outras sociedades, sejam estas simples ou empresárias, nacionais ou estrangeiras. Com sede do escritório localizado na Avenida das Nações Unidas, 12.495 - 11º andar em São Paulo, Estado de São Paulo - Brasil e cadastrada sob o CNPJ nº 09.007.935/0001-74. Em 29 de setembro de 2010, o Grupo apresentou prêmios líquidos no montante de R\$ 14,1 bilhões (R\$ 11,4 bilhões em 2012) e

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Passivo	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Notas	16.159	640	13.924.040	10.571.709
Circulante				
Contas a pagar	14	16.159	640	1.122.944
Débitos de operações com seguros e resseguros	15	-	2.533.261	1.640.500
Débitos de operações com previdência complementar	-	-	7.814	7.080
Débitos de operações com capitalização	-	-	402	-
Depósitos de terceiros	16	-	340.555	89.015
Provisões técnicas - seguros	18	-	9.828.471	7.587.017
Provisões técnicas - previdência complementar	18	-	54.288	49.970
Passivos financeiros	17	-	35.795	20.363
Passivo não circulante	579.467	584.339	6.477.758	6.551.185
Contas a pagar	-	-	394	6.079
Provisões técnicas - previdência complementar	18	-	2.576.637	2.070.770
Provisões técnicas - seguros	18	-	1.383.543	1.293.370
Passivos diferidos	8	305.760	330.497	1.129.485
Outros passivos	20	273.706	253.842	1.387.701
Patrimônio líquido	3.226.143	3.046.724	7.131.223	7.048.525
Atos acionistas da controladora	26	3.226.143	3.046.724	3.046.724
Capital social	21	1.773.953	1.773.953	1.773.953
Reservas de capital	27	742.141	742.141	742.141
Reservas legais	693.897	503.938	693.897	503.938
Ajustes com títulos e valores mobiliários	(9.131)	2.648	(9.131)	2.648
Participação de não controladores	-	-	3.905.800	4.001.801
Total do passivo e patrimônio líquido	3.821.769	3.631.703	27.533.021	24.171.419

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

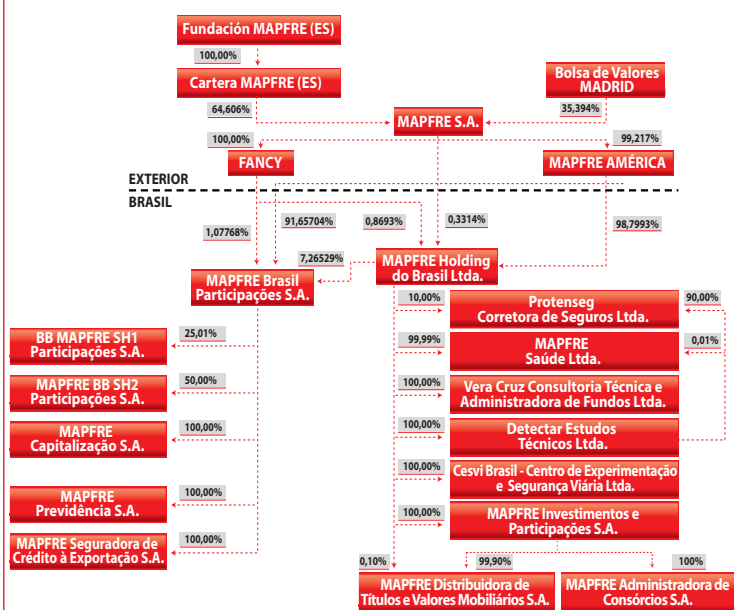
Saldo em 31 de dezembro de 2011	Nota	Capital social	Reserva de lucro		Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Participação de não controladores	Total
			Legal	Estatutárias				
Redução no capital conforme AGE 31/12/2011	21	1.845.974	766.185	23.545	447.351	4.314	-	3.067.369
Efeitos cisão de participações societárias	-	-	-	-	1.029	-	-	1.029
Dividendos pagos	-	-	-	-	(194.468)	-	-	(194.468)
Ajuste por efeitos de TVM	-	-	-	-	(1.666)	-	-	(1.666)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	247.188	-	247.188
Destinações:								
Reservas	-	-	-	12.359	214.122	-	-	(226.481)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(20.707)	(20.707)
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	(814.032)	(814.032)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.773.953	766.185	35.904	468.034	2.648	-	3.046.724	4.001.801
Outros	-	-	-	(25.660)	-	-	-	(25.660)
Dividendos pagos	-	-	-	(179.440)	-	-	-	(179.440)
Ajuste por efeitos de TVM	-	-	-	-	(11.779)	-	-	(11.779)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	417.318	-	417.318
Destinações:								
Juros sobre capital próprio	-	-	-	1.239	20.866	374.194	-	(396.299)
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	(21.019)	(21.019)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.773.953	767.424	56.770	637.127	(9.131)	-	3.226.143	3.905.800

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Brasil Participações S.A. (doravante designada por "Grupo" ou "Companhia"), controlada da MAPFRE S.A. entidade com sede na Espanha em Madrid, foi constituída em 29 de maio de 2007 sob a denominação de Pisek Participações S.A. sem operar no mercado. Em 29 de setembro de 2010, foi deliberada por meio de Assembleia Geral a alteração da razão social de Pisek Participações S.A. para MAPFRE Brasil Participações S.A. Na mesma data a MAPFRE Brasil Participações S.A. iniciou suas operações. O Grupo, é uma sociedade de capital fechado e possui como objeto social a participação como quotista ou acionista, em outras sociedades, sejam estas simples ou empresárias, nacionais ou estrangeiras. Com sede do escritório localizado na Avenida das Nações Unidas, 12.495 - 11º andar em São Paulo, estado de São Paulo - Brasil e cadastrada sob o CNPJ nº 09.007.935/0001-74. Em 5 de maio de 2010, o Grupo MAPFRE firmou acordo de parceria com o Banco do Brasil S.A. para atuação conjunta no mercado segurador nos segmentos de pessoas, ramos elementares e automóveis. A operacionalização dessa parceria requereu a reorganização societária da área de seguros do Grupo MAPFRE. Em 28 de dezembro de 2010, a SUSEP aprovou previamente a reorganização operacional e societária por meio das cartas SUSEP/SEGER nº 121 e 122 de 2010. Os atos societários para operacionalização da parceria entre o Grupo MAPFRE e o Banco do Brasil foram concluídos em 30 de junho de 2011, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, representado por duas sociedades Holdings, SH1 e SH2. A parceria não envolveu os seguros de créditos à exportação, capitalização e previdência. Nesse contexto, a MAPFRE Brasil Participações foi considerada a adquirente nesta operação. As controladas diretas e indiretas da MAPFRE Brasil Participações S.A. são as seguintes: **Controladas diretas:** a) BB MAPFRE SH1 Participações S.A. - Sociedade anônima de capital fechado, tendo como objeto, nos termos da legislação em vigor, a participação como acionista em companhias de seguros com atuação nos ramos de seguros agrícolas, penhor rural, seguros imobiliários e seguros de vida em geral (incluindo, mas não se limitando, os seguros de Vida Individual em todas as suas modalidades, inclusive com taxa nivelada ou taxa por idade e, excluindo seguros de vida, VGBL, VAGP e VRGP), exceto quando comercializados por meio dos Canais Affinity; b) MAPFRE BB SH2 Participações S.A. - Sociedade anônima de capital fechado, tendo como objeto, nos termos da legislação em vigor, a participação como acionista em companhias que desenvolvam atividades relacionadas a operações nos ramos de (i) seguros de ramos elementares, incluindo seguros de automóveis, residenciais, industriais; e (ii) seguros agrícolas, penhor rural, seguros imobiliários e seguros de vida em geral (incluindo, mas não se limitando, os seguros de Vida Individual em todas as suas modalidades, inclusive com taxa nivelada ou taxa por idade e, excluindo seguros de vida, VGBL, VAGP e VRGP), quando comercializados pelos Canais Affinity; c) MAPFRE Vida S.A. - Sociedade anônima de capital fechado, tendo como objeto social a prestação de serviços de assistência pessoal e material para solução dos problemas fortuitos que possam ocorrer durante o curso de viagens; d) prestação de serviço de assistência domiciliar; e) prestação de serviço de telemarketing, telessistência e proteção de cartão; f) prestação de serviço de assistência a veículos e caminhões; e) prestação de serviços de assistência especializada; f) participação em outras sociedades, simples ou empresárias, na qualidade de sócia (ou acionista); e g) celebração de contratos de Joint Venture e outros equiparados, cujo objeto estejam diretamente relacionados com as atividades desempenhadas pelo Grupo; c) Companhia de Seguros Aliança do Brasil - Sociedade anônima de capital fechado, tendo como objeto social operar em todos os ramos de seguros em todo território nacional e atua com os ramos de riscos de danos; e) Vida Seguradora S.A. - Sociedade anônima de capital fechado, tendo como objeto social a realização de operações de seguros de pessoas; d) MAPFRE Seguros Gerais S.A. - Sociedade anônima de capital fechado, tendo como objeto social operar com seguros e resseguros nos ramos de vida e elementares em todo o território nacional; e) MAPFRE Affinity Seguradora S.A. - Sociedade anônima de capital fechado, tendo como objeto social operar com seguros e resseguros nos ramos de vida e elementares; f) MAPFRE Assistência S.A. - Sociedade anônima de capital fechado, tendo como objeto social: a) a prestação de serviços de assistência pessoal e material para solução dos problemas fortuitos que possam ocorrer durante o curso de viagens; b) prestação de serviço de assistência domiciliar; c) prestação de serviço de telemarketing, telessistência e proteção de cartão; d) prestação de serviço de assistência a veículos e caminhões; e) prestação de serviços de assistência especializada; f) participação em outras sociedades, simples ou empresárias, na qualidade de sócia (ou acionista); e g) celebração de contratos de Joint Venture e outros equiparados, cujo objeto estejam diretamente relacionados com as atividades desempenhadas pelo Grupo; c) Companhia de Seguros Aliança do Brasil - Sociedade anônima de capital fechado, tendo como objeto social operar em todos os ramos de seguros em todo território nacional e atua com os ramos de riscos de danos; e h) Brasilvivos Companhia de Seguros - Sociedade anônima de capital fechado, tendo como objeto social operação com seguros de danos e de pessoas, especializando-se, entretanto, na modalidade automóvel em todo o território nacional. A composição acionária em 31 de dezembro de 2013 e 2012 era a seguinte:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade: A elaboração dessas demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de determinadas estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem ativos fiscais diferidos, valorização de instrumentos financeiros, provisões técnicas e passivos contingentes. Os valores definidos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião de seu recebimento ou de sua liquidação. As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas nas Brasil. As demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. **b) Critérios de consolidação:** Considera-se controlada a sociedade na qual a Companhia, direta ou através de suas controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores. Foram incluídos os saldos das contas patrimoniais e de resultados das companhias participantes da consolidação, bem como foram eliminadas as participações societárias e os saldos resultantes de operações realizadas entre as companhias. As participações no patrimônio líquido e no resultado das companhias controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, não pertencentes na totalidade a MAPFRE Brasil Participações S.A., foram classificadas como participação de não controladores. Determinadas controladas elaboram suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas estabelecidas pelo órgão regulador de suas atividades (Superintendência de Seguros Privados - SUSEP). Algumas dessas práticas foram ajustadas para fins de consolidação, visando eliminar o efeito da adoção das práticas não uniformes entre as empresas consolidadas. **c) Relação das companhias incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas:** Além da MAPFRE Brasil Participações S.A., instituição controladora, consolidou-se as demonstrações financeiras das companhias controladas diretas e controladas indiretas a seguir relacionadas: As demonstrações financeiras individuais foram publicadas em 28 de fevereiro de 2014.

Companhias	Participação de capital	
	2013	2012
Controladas diretas:		
BB MAPFRE SH1 Participações S.A.	25,01%	25,01%
MAPFRE BB SH2 Participações S.A.	50,00%	50,00%
MAPFRE Capitalização S.A.	100,00%	100,00%
MAPFRE Seguradora de Crédito à Exportação S.A.	100,00%	100,00%
MAPFRE Previdência S.A.	100,00%	100,00%
Controladas indiretas:		
MAPFRE Vida S.A.	25,01%	25,01%
Companhia de Seguros Aliança do Brasil	25,01%	25,01%
Vida Seguradora S.A.	25,01%	25,01%
MAPFRE Seguros Gerais S.A.	50,00%	50,00%
MAPFRE Affinity Seguradora S.A.	50,00%	50,00%
MAPFRE Assistência S.A.	50,00%	50,00%
Aliança do Brasil Seguros S.A.	50,00%	50,00%
Brasilvivos Companhia de Seguros	50,00%	50,00%

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas no exercício apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias entre a data de aquisição e vencimento igual ou inferior a 90 dias e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e que não afetem o balanço patrimonial. **b) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) disponíveis para venda; (iii) mantidos até o vencimento; e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação dentro as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. **(i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda, baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. **(ii) Ativos disponíveis para venda:** Ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles instrumentos financeiros não derivativos que são designados nesta categoria ou que não são classificados em nenhuma das demais categorias. Na data de cada balanço, mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária e a variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, e as variações decorrentes da diferença entre o valor do investimento atualizado pelas condições contratuais e a avaliação ao valor justo são reconhecidas no patrimônio líquido na conta de ajustes de avaliação patrimonial enquanto o ativo não for realizado, sendo reclassificados para o resultado após a referida realização, líquido dos efeitos tributários. **(iii) Ativos mantidos até o vencimento:** Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais o Grupo tem intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Esse método utiliza uma taxa de desconto que quando aplicada sobre os recebimentos futuros estimados, ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro, resulta no valor contábil líquido. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. **(iv) Empréstimos e recebíveis:** Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém, não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. O Grupo possui as contas a receber líquidas e outros créditos classificados nessa categoria. **m) Instrumentos financeiros derivativos e derivativos embutidos:** **Contratos de investimentos:** O Grupo mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados, à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos e as variações dos preços de soja e dólar associados às emissões de prêmios dos produtos do ramo de agronegócio. As operações com derivativos são registradas e negociadas na B3 e Bovespa. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício e estão classificadas na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Contratos de seguros:** Quando um derivativo embutido é identificado, o Grupo analisa se o instrumento principal é avaliado ao valor justo de mercado (onde o instrumento financeiro derivativo não é bifurcado e contabilizado separadamente ao valor justo de mercado nas demonstrações financeiras consolidadas). O Grupo efetua uma análise dos contratos de seguro e contratos de resseguro para avaliação da existência de derivativos embutidos. Nenhum derivativo embutido foi identificado nos períodos apresentados. **d) Redução ao valor recuperável:** i. Ativos financeiros: Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda (valor e revertida e registrada no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras). Os ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos pela classificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado, todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. Os prêmios de seguros também são testados quanto a sua recuperabilidade, e uma provisão para perda no valor recuperável relativa aos prêmios a receber é calculada de forma coletiva, sendo determinada com base em critérios que levam em consideração, entre outros fatores, o histórico de perdas incorridas nos prêmios a receber oriundos de contratos de seguros dos últimos 24 meses. Para a referida provisão não é considerado nenhum componente específico de perda relacionado a riscos significativos individuais. Ativos não financeiros: Ativos sujeitos à depreciação (incluindo ativos intangíveis) que originam contratos de seguros) são avaliados por imparidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indicam que o valor contábil do ativo possa não ser recuperável. É reconhecida uma perda por imparidade no montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização. **e) Investimento:** i. Participações societárias: Os investimentos em outras Sociedades são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e o investimento na Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, é avaliado pelo método de custo. ii. Imóveis destinados a renda: Propriedades para investimentos são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos de transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade de investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário da propriedade de investimento. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade de investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. Eventuais ganhos ou perdas na baixa ou alienação de propriedade de investimento são reconhecidos na demonstração do resultado no ano da referida baixa ou alienação. Transferências são realizadas para a conta de propriedade de investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso, evidenciada pelo término da ocupação pelo proprietário, início de arrendamento mercantil para outra parte ou conclusão da construção ou incorporação. Para uma transferência de propriedade de investimento para propriedade de uso próprio, o custo presumido para fins de contabilização subsequente corresponde ao valor justo na data da mudança no seu uso. Se o imóvel de uso próprio se tornar uma propriedade de investimento, a Companhia contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso.

lucro líquido atribuído ao grupo no montante de R\$ 417,3 milhões (R\$ 247,2 milhões em 2012). A Administração prevê trajetória de crescimento nos segmentos em que as controladas operam, aproveitando, em virtude da sinergia operacional e comercial das unidades de negócio e promovendo constantes melhorias nos níveis de serviços prestados aos clientes.
São Paulo, 10 de outubro de 2014
A Administração

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

Notas	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Recetas				
Prêmio emitido líquido	22(a)	-	14.141.750	11.367.149
Variações das provisões técnicas de prêmios	-	-	(1.903.139)	(1.355.281)
Prêmio ganho	-	-	12.238.611	1

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

próprios meios a construção ou incorporação de uma propriedade de investimento, qualquer diferença entre o valor justo da propriedade na data da e o seu valor contábil anterior é reconhecida na demonstração do resultado. j) Provisões técnicas - seguros, previdência complementar, capitalização e resseguros: i) Seguros: As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), exceto pela Provisão Complementar de Prêmios - PCP, a qual é revertida no consolidado de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB, e no individual de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreende a legislação societária e o plano de avaliação das demonstrações financeiras, para os investimentos em Prêmios e Contas de Cálculo - CPC. Em 18 de fevereiro de 2013, foi publicada a Circular SUSEP nº 462/13, que dispõe sobre a forma de cálculo e os procedimentos para constituição das provisões técnicas das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais. A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG), é constituída pela parcela do prêmio líquido correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método "pro rata die" e atualizada monetariamente, quando aplicável. O Grupo constitui provisão relativa ao risco vigente não emitido (PPNG-RVNE) cujo valor foi determinado com base em cálculos atuariais, que levaram em conta a experiência histórica e metodologia prevista em Nota Técnica Atuarial (NTA) para prêmios, provisões técnicas, comissões sobre prêmios emitidos e despesas de comercialização diferidas. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), é constituída por estimativa de pagamentos prováveis brutos de resseguros e líquidos de recuperação de cosseguro cedido, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos na data de encerramento das demonstrações financeiras, para os sinistros em análise, para os sinistros em discussão judicial, cuja constituição e forma de reconhecimento são documentados em Nota Técnica Atuarial (NTA). Os valores provisionados são atualizados mensalmente e incluem estimativa de custos a serem incorridos com honorários de sucumbência. A provisão de sinistros a liquidar judicial está classificada integralmente no exigível a longo prazo. A Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados (IBNR), representa a expectativa de sinistros, judiciais ou não, referentes ao período contábil em análise, mas que serão registrados futuramente pelo Grupo. O IBNR dos sinistros diretos da operação foi estimado utilizando os triângulos de Run-Off, considerando o histórico de 5 anos, conforme metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial específica, sendo que esta provisão também é ajustada pela estimativa de Sinistros Ocorridos mas não Suficientemente Avisados (IBNER). A provisão de IBNR do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua Carga, a Pessoas Transportadas ou não (DPVAT), é constituída segundo informes recebidos da Seguradora Líder dos Seguros de Seguro DPVAT S.A. A Provisão Complementar de Prêmios (PCP), conforme disposto na Circular SUSEP nº 462/13, cujo objetivo é revertido para o grupo em função da existência de limites técnicos (OPT) e está mantida sem atualização desde fevereiro de 2013, conforme permitido pela referida regulamentação. A Administração está avaliando eventuais impactos novos requeridos pela referida Circular. A Provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP), foi extinta pela Circular SUSEP nº 462/2013 em seu lugar foi instituída a Provisão Complementar de Cobertura (PCC), que deve ser constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). A Provisão de Excedentes Técnicos (PET), deve ser constituída, quando necessário, para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico na operacionalização de seus contratos, caso haja sua previsão contratual. A Provisão para Despesas Administrativas (PDA) foi extinta pela Circular SUSEP nº 462/2013 e em seu lugar foi instituída a Provisão de Despesas Relacionadas (PDR). A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR), é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas à administração do contrato. O provisão para cobrir os encargos futuros com a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., na conta provisão de sinistros a liquidar (PSL) e provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR), com base em informes emitidos pela administração do convênio. As operações de DPVAT não foram eliminadas para fins de consolidação devido à imaterialidade dos saldos frente ao patrimônio líquido consolidado do Grupo. Os passivos do seguro DPVAT não foram objeto de avaliação do Teste de Adequação do Passivo (TAP), conforme previsto pela Circular SUSEP nº 457/12. ii. Previdência: As provisões matemáticas representam os valores das obrigações assumidas sob forma de planos de renda, pensão e pecúlio e são calculadas segundo o regime financeiro previsto contratualmente por, e sob responsabilidade de atuário legalmente habilitado, registrado no Instituto Brasileiro de Atuária (IBA). As provisões matemáticas representam o valor presente dos benefícios futuros, estimados com base em métodos e pressupostos atuariais. A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC), refere-se aos passivos decorrentes da data de encerramento das demonstrações financeiras e a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC), refere-se a aqueles já em gozo de benefícios. Os encargos financeiros creditados às provisões técnicas são classificados como "Despesas financeiras". A Provisão de Insuficiência de Contribuições (PIC), foi extinta pela Circular SUSEP nº 462/2013 e em seu lugar foi instituída a Provisão Complementar de Cobertura (PCC), que deve ser constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). As provisões que estão vinculadas aos seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) e aos planos de previdência da modalidade "gerador de benefícios livres" (PGBL), representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamentos e de outros encargos contratuais, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundo de investimentos previdenciários especialmente constituídos (FIEs). k) Classificação dos contratos de seguros e de investimento: O Grupo classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando observada a possibilidade de pagar benefícios decorrentes da ocorrência de um evento específico que afeta o valor econômico que o grupo tem em função do contrato de seguro ou transferir risco de seguro insignificante. Nesse contexto, a Administração procedeu às devidas análises dos contratos emitidos com base nas normas supracitadas, sendo que todos os contratos de seguro comercializados foram avaliados como contratos de risco significativo de seguros. Shadow accounting: Em alguns modelos contábeis, ganhos ou perdas realizados no ativo do Grupo têm efeito direto na mensuração de alguns ou de todos os seus passivos por contrato de seguro, despesas de comercialização diferidas relacionadas e ativos intangíveis relacionados. É permitido ao emissor do contrato de seguros mas não exigido, alterar sua política contábil, de forma que ganhos ou perdas reconhecidas, mas não realizados de um ativo, afetem essas mensurações da mesma forma que ganhos ou perdas realizadas. O ajuste no passivo por contrato de seguro (ou na despesa de comercialização diferida ou no ativo intangível) deve ser reconhecido no patrimônio líquido se, e somente se, os ganhos ou perdas não sejam excedentes relativos a despesas relacionadas à administração do contrato. A política contábil do Grupo não reconhece de outra forma todas as obrigações e os direitos resultantes do componente de depósito. O Grupo manteve a prática anteriormente adotada em virtude de não atenderem as exigências descritas acima. l) Mensuração dos contratos de seguros: Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização são contabilizados com base na emissão das apólices ou faturas, e líquidos dos custos de emissão, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do contrato de cobertura. As despesas de comercialização e as despesas de administração, relativas aos riscos vigentes ainda sem emissão de apólices, são reconhecidas no resultado no período decorrido de vigência do risco, em bases estimadas. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como "Receitas financeiras" em base "pro rata dia" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. Compreende as comissões relativas à comercialização de apólices de seguros, apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. As operações do seguro DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. m) Teste de adequação dos passivos - TAP: Conforme requerido pelo CPC 11 - Contratos de Seguro emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a cada data de balanço o Grupo elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguro permitidos segundo o CPC 11, deduzidos dos ativos intangíveis relacionados aos contratos de seguros originados de seu monitoramento e cumprimento da política de crédito para os ativos financeiros. Para esse teste, o Grupo elaborou uma metodologia que considera a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando-se premissas correntes para o teste. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, os contratos são agrupados em função de similaridades (ou características de risco similares), e consequentemente, com os respectivos ramos de seguro são agrupados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente, a partir de premissas de taxas de juros livres de risco. Caso seja identificada qualquer deficiência no teste em referência, o Grupo registra a perda imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, primeiramente reduzindo os custos de aquisição (Deferred Acquisition Cost - DAC), ou outros ativos intangíveis, e posteriormente constituindo provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data do teste. Qualquer ativo, como por exemplo, DAC, que tenha sido baixado como resultado deste teste não é subsequentemente reconhecido pelo Grupo em circunstâncias onde o teste demonstrou resultados favoráveis para o ativo e suas controladas. Alguns contratos permitem que o Grupo adquira a titularidade sobre o ativo ou adquira o direito de venda do ativo danificado que tenha sido recuperado (total ou, salvados). O Grupo também possui o direito contratual de buscar ou cobrar ressarcimentos de terceiros, tais como sub-rogação de direitos, para pagamentos de danos parciais ou totais cobertos em um contrato de seguro. Consequentemente, conforme permitido pelo CPC 11 - Contratos de Seguros, estimativas de recuperação de salvados e de reembolsos originados de sub-rogação de direitos são incluídos como um redutor na avaliação (estimativa do fluxo de pagamentos dos contratos de seguros) e, consequentemente, na execução dos testes de adequação dos passivos. Quando o ativo é recuperado em data subsequente à ocorrência do sinistro, o Grupo classifica o ativo na categoria de outros ativos, com avaliação ao valor justo, deduzido dos custos de venda do ativo para colocação do ativo em condições de uso por terceiros. Para os ramos de risco decorrido, o Grupo leva em consideração os prêmios ganhos observados, para efetuar a melhor estimativa de receita de prêmios no período subsequente à data-base de cálculo. Para os produtos de acumulação de previdência, também classificados como contratos de seguro, o Grupo elaborou uma metodologia que leva em consideração os elementos que impactam diretamente o fluxo de caixa dos referidos contratos, tais como, níveis de permanência dos participantes, taxas de conversão em renda, retorno dos ativos garantidos aos participantes durante as fases de acumulação e concessão de benefício (excedente financeiro), opções de taxas de juros garantidas (índices de inflação IGP-M ou ganhos realizados de ativos acima da remuneração deste índice para produtos tradicionais) e opções de resgate. Nos testes realizados para as datas base de 31 de dezembro de 2013 e 2012, não foram identificadas insuficiências nos agrupamentos analisados exceto para o produto Ouro Vida Revisado na empresa Companhia de Seguros Aliança do Brasil, para o qual foi constituído a Provisão Complementar de Cobertura (PCC). As taxas e premissas utilizadas no teste foram as seguintes:

Table with 3 columns: Premissas, Descrição, and Taxa de juros contratada para ativos e passivos. It details assumptions for various insurance products like Tábua de desconto, Tábua de seguros de vida, Sinistralidade, and Resseguro.

contábeis e os correspondentes valores usados para fins de recolhimento (impostos correntes), mensurado pelas alíquotas vigentes aplicadas sobre prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias não dedutíveis e que não é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. v) Ativos não correntes mantidos para venda: O Grupo detém certos ativos não correntes que são mantidos para a venda, como estoques de salvados recuperados após o pagamento de sinistros aos segurados. Esses ativos são avaliados ao valor justo, deduzido de custos diretamente relacionados à venda do ativo e que são considerados necessários para que a titularidade do ativo seja transferida para terceiros em condições de funcionamento. As despesas que são de responsabilidade do cliente, como despesas de leilão do ativo, são deduzidas do valor justo do ativo. Quando o Grupo elabora o teste de adequação dos passivos (TAP) de contratos de seguros, as recuperações estimadas de salvados referentes aos pagamentos futuros de sinistros (não incluindo os ativos recuperados que se encontram em estoque de salvados na data-base do teste) são consideradas como um elemento do fluxo de caixa.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS
O Grupo de forma geral está exposto aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros.
Risco de seguro; Risco de crédito; Risco de liquidez; Risco de mercado; e Risco operacional.
A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pelo Grupo na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. Estrutura de gerenciamento de riscos: O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. O Grupo conta com um sistema de gestão de riscos, constantemente aperfeiçoado, que segue as diretrizes dos modelos internacionais como COSO-ERM e COBIT e as linhas mestras da Diretiva de Solvência II, aprovada pelo Parlamento Europeu. Alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas mundiais do acionista do Grupo MAPFRE, o sistema está baseado na gestão integrada de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as áreas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a alta administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos, no que abrange regulamentos, normas e políticas internas. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo das metodologias de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por ferramentas estatísticas como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo de Value at Risk - (VaR), indicadores de suficiência de capital, dentre outras. A estas ferramentas, adiciona-se a parcela vinculada à gestão de riscos, com os resultados de auto-avaliação de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditorias. A integração destas ferramentas permite uma análise completa e integrada dos riscos corporativos. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, criaram-se os seguintes comitês:
Comitê financeiro: constituído pelo caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos de finanças. É de competência desse comitê acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Conselho de Administração, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros.
Comitê de riscos e controles internos: constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê Executivo, no âmbito da estrutura de

Table showing financial data for 2013 and 2012, categorized by region (Centro Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste, Sul) and total. Columns include Auto, Demais, DPVAT, Vida, VGBL, and Total.

Sensibilidade do risco de seguro: O risco de seguro é definido como a possibilidade de perdas decorrentes de falhas na precificação dos produtos de seguros bem como a inadequação em relação à estimativa das provisões técnicas. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros das seguradoras pertencentes ao Grupo com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise de sensibilidade as provisões técnicas de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR e Provisão de Insuficiência de Prêmios - PIP para o risco de seguro e a Provisão de Insuficiência de Contribuições - PIC para o risco de previdência. Para isto foram simulados cenários, conforme descrito abaixo, e como estes cenários afetariam o resultado e o patrimônio líquido apresentados nestas demonstrações financeiras: a) Provisões técnicas: recálculo do saldo das provisões técnicas com alteração nas principais premissas utilizadas no cálculo: i. IBNR: possível e razoável aumento no atraso entre a data de ocorrência e data de aviso dos sinistros. O parâmetro de sensibilidade utilizado considerou um agravamento nos fatores de IBNR relativo ao desenvolvimento dos sinistros, com base na variabilidade média desses fatores. II. PIP: agravado de 5% na premissa de sinistralidade utilizada. O resultado obtido demonstra que mesmo com uma elevação de 5% na sinistralidade a Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG é mais do que suficiente para a cobertura dos sinistros e despesas futuras. b) Sinistralidade: total de sinistros ocorridos com uma elevação de 5% na sinistralidade da carteira. c) Taxa de juros: rendimento financeiro com uma redução de 1% na taxa de juros.

Table showing sensitivity analysis for 2013 and 2012. Columns include Fator de Risco, Efeito, Sensibilidade, Patrimônio Líquido/Resultado, and Rating. It details the impact of changes in technical provisions, interest rates, and risk ratios.

c) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com o Grupo. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar, substancialmente, por meio dos seguintes fatos: (i) Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de sua parcela por parte dos segurados; (ii) Possibilidade de algum emissor de títulos privados não honrar com o pagamento previsto no vencimento; (iii) Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas; e (iv) Colapso ou deterioração na capacidade de crédito dos cosseguradores, resseguradores, intermediários ou outras contrapartes. Exposição ao risco de crédito de seguro: A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de risco decorridos a exposição é maior uma vez que a cobertura é dada com antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição significativa ao risco de crédito de uma vez que o Grupo opera com diversos tipos de ramos e produtos. A Administração adota políticas de controle e conservadoras para análise de crédito. Em relação às operações de resseguro, o Grupo está exposto a concentrações de risco com resseguradores individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa estrita de resseguradores que possuem classificações de crédito aceitáveis. O Grupo adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradores com alta qualidade de crédito refletidas nos Ratings atribuídos por agências classificadoras. Existem algumas operações com a Resseguradora do Grupo MAPFRE. Gerenciamento do risco de crédito: As resseguradoras são sujeitas a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos. A política financeira prevê diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites para alocação, conforme demonstrado a seguir:
Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: evitar a concentração de negócios em resseguradores, em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas.
O gerenciamento de risco de crédito decorrente dos produtos de acumulação de previdência, também classificados como contratos de seguro, é gerenciado em função de características de risco similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar, substancialmente, por meio dos seguintes fatos: (i) Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de sua parcela por parte dos segurados; (ii) Possibilidade de algum emissor de títulos privados não honrar com o pagamento previsto no vencimento; (iii) Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas; e (iv) Colapso ou deterioração na capacidade de crédito dos cosseguradores, resseguradores, intermediários ou outras contrapartes. Exposição ao risco de crédito de seguro: A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de risco decorridos a exposição é maior uma vez que a cobertura é dada com antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição significativa ao risco de crédito de uma vez que o Grupo opera com diversos tipos de produtos. A Administração adota políticas de controle e conservadoras para análise de crédito. Em relação às operações de resseguro, o Grupo está exposto a concentrações de risco com resseguradores individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa estrita de resseguradores que possuem classificações de crédito aceitáveis. O Grupo adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradores com alta qualidade de crédito refletidas nos ratings atribuídos por agências classificadoras. Existem algumas operações com a Resseguradora do Grupo. Até 31 de dezembro de 2013, os parceiros de resseguro eram:

Table showing risk management details for MAPFRE Seguros Gerais S.A., including a list of reinsurers, their ratings, and a classification table for 2013 and 2012.

governança corporativa do Grupo, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a alta direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Administração.
Comitê de auditoria: Órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem entre outras atribuições, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controle interno, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e recomendar ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições.
Comitê executivo: cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório do Grupo. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre e respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regimentos a definição das atribuições e reportes. Ainda com intuito de gerir os riscos que o Grupo está exposto, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil do Grupo. A auditoria interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades.
a) Risco de seguro: O Grupo define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde o Grupo possui uma obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento ocorre, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorre. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, o Grupo entende que o principal risco transferido para o Grupo é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que o previamente estimado, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que o emissor do contrato de seguro incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. O Grupo utiliza estratégias de diversificação de riscos e programação de resseguro, com resseguradoras que possuem Rating de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos volúptuos seja minimizado. Não obstante, parte dos riscos de crédito e subscrição que o Grupo está exposto é minimizado em função da menor parcela dos riscos aceitos possuírem importâncias seguradas elevadas. Concentração de riscos: As potenciais exposições a concentração de riscos são monitoradas analisando determinadas concentrações em determinadas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por produto de seguro baseada no valor de prêmio ganho bruto de resseguro.

Table showing risk concentration data for 2013 and 2012, categorized by region (Centro Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste, Sul) and total. Columns include Auto, Demais, DPVAT, Vida, VGBL, and Total.

Table showing risk concentration data for MAPFRE Seguros Gerais S.A., listing reinsurers, their names, and percentages of cession and rating.

Table showing risk concentration data for MAPFRE Seguradora de Crédito à Exportação S.A., listing reinsurers and their ratings.

Table showing risk concentration data for MAPFRE Previdência S.A., listing reinsurers and their ratings.

Table showing risk concentration data for Companhia de Seguros Aliança do Brasil, listing reinsurers and their ratings.

Table showing risk concentration data for MAPFRE Vida S.A., listing reinsurers and their ratings.

Table showing risk concentration data for MAPFRE Affinity Seguradora S.A., listing reinsurers and their ratings.

Table showing risk concentration data for Aliança do Brasil Seguros S.A., listing reinsurers and their ratings.

Table showing risk concentration data for Risco de liquidez, detailing cash flows, assets, and liabilities for 2013 and 2012.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

11. PARTICIPAÇÕES SOCIETARIAS

Empresas	Capital Social		Patrimônio Líquido		Resultado do exercício	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
BB MAPFRE SH1 Participações	2.050.198	2.295.468	1.007.974	1.007.974	1.007.974	1.007.974
MAPFRE BB SH2 Participações	1.968.380	2.684.905	393.726	393.726	393.726	393.726
MAPFRE Previdência S.A.	42.218	74.350	4.778	4.778	4.778	4.778
MAPFRE Seguradora de Crédito à Exportação S.A.	13.800	16.628	1.042	1.042	1.042	1.042
MAPFRE Participação S.A.	12.000	15.534	1.541	1.541	1.541	1.541
Total						

12. IMOBILIZADO

Taxa anual	vida útil	31/12/2012	Adições (*)	Baixas	Depreciação (**)	Saldo em 31/12/2013
Edifícios	4%	25	39.921	187	(1.717)	38.391
Móveis e utensílios	10%	10	12.497	21.636	(173)	10.667
Outras imobilizações	10%	10	8.579	28.844	(601)	21.130
Equipamentos	20%	5	46.597	15.636	(13.881)	37.451
Veículos	20%	5	8.725	14	(513)	7.226
Total			113.319	72.917	(14.668)	114.095

(*) Em janeiro de 2013 houve a transferência das operações da MAPFRE Seguros Gerais S.A. para Brasilveículos Companhia de Seguros, com reflexo nas adições do exercício. (**) Em setembro de 2013 houve o encerramento das atividades das operações da Brasilveículos Companhia de Seguros na filial do Rio de Janeiro, com reflexo na depreciação do exercício.

13. INTANGÍVEL

As taxas de amortização utilizadas foram as seguintes:

Desenvolvimento de programas VOB/A - Carteira de Clientes (ii) (*)	Saldo inicial	Adições	Amortização	Saldo final
Canal de Distribuição (iii) (**)	155.050	132.865	(43.399)	244.516
Agio na aquisição de investimento (i)	530.131	-	(75.321)	454.810
Canal na aquisição de investimento (i)	2.717.241	-	(87.635)	2.629.606
Agio na aquisição de investimento (i)	481.550	-	-	481.550

Total em 2013 3.883.972 132.865 (206.356) 3.810.480

(*) Referem-se ao agio da aquisição das empresas Brasilveículos Companhia de Seguros e Companhia de Seguros Aliança do Brasil. O referido agio faz parte da troca de participação na combinação de negócios com o Banco do Brasil. (ii) Os ativos intangíveis da parceria com o Banco do Brasil foram gerados em 30 de junho de 2011. (*) A amortização é calculada usando método exponencial durante a vida esperada, sendo a taxa média de 20 anos de 0,42% ao mês para os Canais de Distribuição e VOB/A. Os ativos intangíveis adquiridos na parceria com o Banco do Brasil demonstrados no quadro acima são: VOB/A e Canal de Distribuição. O valor atribuído ao ativo intangível Canal de Distribuição representa o resultado de direitos e obrigações de seguros que não existiam contratualmente na data da combinação de negócios e que serão originados pelo potencial de novas vendas em função da acessibilidade do Grupo à base de clientes do Banco do Brasil através do canal bancário. Este potencial de geração de vendas, em função da maior capilaridade dos canais adquiridos, contribuirá para a geração de benefícios econômicos futuros ao longo do tempo. O potencial de novas vendas é representada pela estratégia de Cross-Selling utilizada pelo Grupo, já que é possível a venda de múltiplos produtos e serviços a um mesmo cliente e ainda a venda desses produtos ou serviços para clientes do Banco do Brasil que eventualmente não adquiriram esses produtos. VOB/A (Value of Business Acquired) é um ativo intangível identificável no contexto de um processo de aquisição de uma carteira. Representa a remuneração da companhia vendedora por ter uma carteira de negócios vigentes que trará lucro depois de pagos todos os benefícios e indenizações futuros associados às apólices em vigor na data da aquisição, despesas administrativas e custos de regulação de sinistros. Os intangíveis relacionados com o canal de distribuição e VOB/A adquiridos em uma combinação de negócios foram reconhecidos pelo valor justo da aquisição. Esses intangíveis têm vida útil finita e são contabilizados pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização dos canais de distribuição e VOB/A foram apropriados com base no valor gerado de cada nominal (não descontado). A amortização é calculada usando método exponencial durante a vida esperada, sendo que a vida útil estimada para esses intangíveis é de 20 anos.

14. CONTAS A PAGAR

	2013	2012	2013	2012
Fornecedores	-	640	205.937	100.490
Dividendos e gratificações a pagar	-	-	67.120	119.984
Impostos e encargos sociais a recolher	-	-	236.675	182.139
Provisão para imposto de renda e contribuição social	-	-	342.751	582.172
Outras obrigações a pagar	16.159	-	145.761	83.197
Outras contas a pagar	-	-	124.700	109.782
Total Circulante	16.159	640	1.122.944	1.177.674
Outras contas a pagar	-	-	394	6.079
Total não Circulante	-	-	394	6.079

15. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

A seguir demonstramos a composição do saldo:

	2013	2012
Prêmios a restituir	21.744	68.664
Operações com seguradoras	91.492	163.857
Operações com resseguradoras	1.350.110	623.337
Corretores de seguros e resseguros	927.889	601.153
Outros débitos operacionais	142.235	183.489
Total Circulante	2.532.261	1.640.500

16. DEPOSITOS DE TERCEIROS

As contas registradas em Depósitos de Terceiros são compostas por valores recebidos efetivamente, ainda não baixados das contas de Prêmios a Receber, configurando uma conta transitória onde são registradas as operações de cobrança de prêmios das Seguradoras.

	2013	2012
1 a 30 dias	277.501	84.591
31 a 60 dias	4.712	539
61 a 120 dias	7.146	1.642
121 a 180 dias	6.150	205
181 a 365 dias	23.904	248
Superior a 365 dias	21.142	1.790
Total	340.555	89.015

17. PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos financeiros detidos pelo Grupo são provenientes das operações dos planos de capitalização comercializadas pela MAPFRE Capitalização S.A.

	2012	Constituições	Cancelamento	Atualizações	Pagamentos	2013
Provisão para resgates	15.964	39.985	(754)	1.076	(26.807)	29.464
Provisão para sorteios	4.399	11.601	-	10	(9.711)	6.299
Outras provisões	-	31	-	1	-	32
Total	20.363	51.617	(754)	1.087	(36.518)	35.795

Evolução da provisão de sinistros - líquido de resseguro

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
No ano da ocorrência	2.105.308	2.378.064	2.681.386	3.176.104	4.502.734	3.824.296	3.938.722	22.602.238
Um ano após a ocorrência	2.164.410	2.396.735	2.687.583	3.161.174	4.626.640	3.925.016	-	19.116.488
Dois anos após a ocorrência	2.175.429	2.404.335	2.736.299	3.362.986	4.700.157	-	-	15.379.206
Três anos após a ocorrência	2.178.339	2.421.558	2.750.679	3.390.232	-	-	-	10.740.808
Quatro anos após a ocorrência	2.198.202	2.439.537	2.813.884	-	-	-	-	7.451.623
Cinco anos após a ocorrência	2.209.331	2.494.188	-	-	-	-	-	4.703.519
Seis anos após a ocorrência	2.263.848	2.684.188	-	-	-	-	-	4.947.036
Estimativa dos sinistros na data-base	2.263.848	2.684.188	2.813.884	3.390.232	4.700.157	3.938.722	-	23.526.043
Pagamentos de sinistros efetuados	2.107.770	2.374.745	2.657.939	3.197.427	4.380.535	3.485.317	2.917.509	21.180.296
Passivo representado no quadro (Sinistros Pendentes)	97.074	119.443	155.891	192.805	319.622	439.699	1.021.213	368.252
Passivo em relação a anos anteriores a 2007	-	-	-	-	-	-	-	467.230
Passivos relacionados à Retrocessão e DPVAT	-	-	-	-	-	-	-	3.811.229

Reconciliação da tabela de desenvolvimento de sinistros:

	2013	2012
Seguros		
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	3.097.051	3.097.051
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	871.253	871.253
Provisão de despesas relacionadas - PDR	63.598	63.598
Resseguros		
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	(812.899)	(812.899)
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	(34.715)	(34.715)
Provisão de despesas relacionadas - PDR	(3.059)	(3.059)
Sinistros Pendentes	(850.673)	(850.673)
Total	97.074	119.443

jurídicos da Companhia avaliam a probabilidade de perda desse processo como "provável". Discussões administrativas - Até 2012 a Companhia teve como procedimento não adicionar à base de cálculo da CSLL despesas relacionadas a tributos discutidos judicialmente. Para o período-base de 2003 foi lavrado auto de infração no montante original, incluindo principal, multa e juros de R\$ 3.996 pela não adição de tributos discutidos judicialmente na base de cálculo da CSLL, em 2009 foi lavrado auto de infração para o período-base de 2004 a 2008 no montante original de R\$ 45.376, questionando a não adição na base de cálculo da CSLL das despesas de tributos discutidos judicialmente e a não adição na base de cálculo do IRPJ e da CSLL da atualização monetária sobre os tributos questionados judicialmente. Os advogados patrocinadores das causas avaliaram como possível a expectativa de perda, motivo pelo qual não havia provisão constituída para esta contingência. Com a finalidade de aproveitar os benefícios gerados pelo REFS, disposto pela Lei 12.865/13, a Companhia optou por desistir das discussões administrativas e pelo pagamento dos valores autuados à vista, que totalizava R\$ 66.240 atualizado até dezembro de 2013, sendo que com a aplicação dos benefícios do REFS, houve redução de R\$ 28.935 nas multas e juros, resultando em um pagamento de R\$ 37.306. Em dezembro de 2013, foi lavrado auto de infração para os períodos-base de 2009 a 2011 no montante de R\$ 31.580, incluindo principal, multa e juros, o qual foi pago em dentro do prazo de 30 dias com desconto de 50% na multa, gerando um desembolso de R\$ 26.079. A dívida total constituída até dezembro de 2013 era de R\$ 97.820, com pagamento realizado de R\$ 63.385, a redução aplicada com os benefícios do REFS foi de R\$ 34.435. O impacto no resultado da sociedade foi negativo de R\$ 930, em razão da constituição de ajustes temporários de IRPJ e CSLL. **Trabalhistas:** A Companhia responde a processos de natureza trabalhista (principalmente horas extras) que estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão com base na avaliação dos assessores jurídicos e da Administração da Companhia. **Cíveis:** Referem-se a reclamações movidas por funcionários de empresas terceirizadas pleiteando direitos que adviriam de suposto vínculo empregatício e a reclamações de natureza cível oriundas da negativa de pagamento ou discordâncias em relação ao valor de indenizações de sinistro. **Aliança do Brasil Seguros S.A.; COFINS - A** Seguradora discute judicialmente a constitucionalidade da Lei nº 9.718/98, que passou a tributar as Seguradoras pela COFINS. Entre junho de 1999 e abril de 2010, a Seguradora calculou a COFINS tendo como base de cálculo a totalidade das receitas (receitas de prêmios, financeiras e não operacionais), depositando judicialmente a totalidade da vida apurado e constituindo provisão do mesmo valor. Com a revogação do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98 por meio da Lei nº 11.941/09, a partir de junho de 2009, a Seguradora passou a considerar somente as receitas de prêmios na base de cálculo da COFINS e, a partir de abril de 2010, passou a recolher a COFINS calculada, deixando de efetuar depósitos judiciais. Em dezembro de 2010, baseado em parecer de seus advogados, bem como no parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional PGNFCAT nº 2.773/07, a Seguradora reverteu a provisão da COFINS constituída sobre as receitas financeiras e não operacionais. Tendo em vista a indefinição da atual jurisprudência sobre o alargamento da base de cálculo da COFINS para incluir as receitas financeiras e não operacionais, bem como em razão da existência do Parecer PGNFCAT nº 2.773/07, os advogados patrocinadores do processo judicial passaram a classificar a probabilidade de perda deste mérito como possível, sendo que o montante de COFINS sobre esta parcela em todo o período discutido judicialmente, atualizado até 31 de dezembro de 2013, é de R\$ 145.862 (R\$ 127.251 em 2012). Quanto ao mérito da tributação sobre as receitas de prêmios, a probabilidade de perda é provável. **PS - A** Companhia discute judicialmente a exigibilidade do PS instituído nos termos da Emenda Constitucional nº 17/97 vigente até janeiro de 1999, possuindo decisão favorável em primeiro grau, e que hoje aguarda decisão de Agravo de instrumento interposto em dezembro de 2010. Entre dezembro de 1997 e janeiro de 1999 foram efetuados depósitos judiciais do tributo calculado e constituídas provisões de mesmo montante, os quais estão sendo atualizados monetariamente pela SELIC. Quanto ao PS instituído pela Lei nº 9.718/98, vigente a partir de fevereiro de 1999, a qual alterou a base de cálculo para todas as receitas auferidas, a Companhia discute judicialmente a inconstitucionalidade e o aumento da base de cálculo e possui decisão parcialmente favorável de 1º grau autorizando o não recolhimento do PS sobre as receitas que excedem o faturamento, porém determinando a incidência do tributo sobre as receitas de prêmios de seguro. Atualmente o processo encontra-se aguardando exame de admissibilidade dos recursos especial e extraordinário. Entre fevereiro de 1999 e agosto de 2006, a Companhia recolhida o PS incidente sobre o total das receitas auferidas e, entre setembro de 2006 e maio de 2009 recolheu o PS incidente somente sobre as receitas de prêmios de seguro, suspendendo o pagamento sobre os demais receitas. Com a revogação do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 11.941/09, a Companhia deixou de provisionar a COFINS sobre as demais receitas, passando a considerar apenas as receitas de prêmios na base de cálculo deste tributo, deixou também de efetuar depósitos judiciais e passou a recolher a COFINS provisoriamente. Em dezembro de 2010, baseado em parecer de seus advogados, bem como no parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional PGNFCAT nº 2.773/07, a Companhia reverteu a provisão de COFINS constituída sobre as receitas financeiras e não operacionais. Tendo em vista a indefinição da atual jurisprudência sobre o alargamento da base de cálculo da COFINS para incluir as receitas financeiras e não operacionais, bem como em razão da existência do Parecer PGNFCAT nº 2.773/07, os advogados patrocinadores do processo judicial passaram a classificar a probabilidade de perda deste mérito como possível, sendo que o montante de COFINS sobre esta parcela em todo o período discutido judicialmente, atualizado até 31 de dezembro de 2013, é de R\$ 13.430 (R\$ 10.765 em 2012). Quanto ao mérito da tributação sobre as receitas de prêmios, a probabilidade de perda é provável. **CSLL - A** Companhia discute a majoração da alíquota da CSLL de 8% para 18% nos termos das Leis nº 9.249/95 e nº 9.316/96 e de 8% para 30% na forma da Emenda Complementar nº 10/96. Em dezembro de 2008, o Tribunal Regional Federal negou provimento aos recursos de apelação, tanto da União quanto da Companhia, enquanto os recursos extraordinários por ambas as partes foram admitidos em abril de 2010 e em julho de 2010 o processo foi remetido ao STF para julgamento. Os valores envolvidos, com encargos moratórios encontram-se depositados judicialmente e os assessores jurídicos da Companhia avaliam a probabilidade de perda desse processo como "remota" em relação ao período de janeiro a junho de 1996 (EC 10/96) e como "provável" para os períodos subsequentes. **IRPJ - A** Companhia pleiteia judicialmente o direito de deduzir a despesa (IRPJ) a contribuição social sobre o lucro (CSLL) para a formação da base de cálculo do imposto sobre a renda (Renta). Contra esta decisão desfavorável de segundo grau foi interposto recurso extraordinário que está aguardando julgamento no Supremo Tribunal Federal. Para os períodos-base de 1997 a 2000 a Companhia efetuou depósito judicial e constituiu provisão de mesmo montante, nos períodos-base subsequentes a Companhia passou a efetuar o recolhimento do IRPJ sem essa dedução. Os assessores

Movimentação dos Investimentos 2013		Equivalência		Ajuste com Títulos e Valores Mobiliários		Aumento de capital em controladas		Saldos em 31/12/2013	
Saldos em 31/12/2012	Dividendos do exercício	Resultado do exercício	Amortização do PPA, bruto de impostos	Anteriores	Anteriores	Anteriores	Anteriores	Saldos em 31/12/2012	Saldos em 31/12/2013
1.671.757	(319.628)	252.094	(34.793)	(48.338)	(4.009)	-	-	1.517.083	1.517.083
1.367.278	-	196.863	(11.151)	11.477	(5.122)	-	-	1.559.345	1.559.345
48.572	-	4.778	-	-	-	-	21.000	74.350	74.350
20.587	(5.001)	1.042	-	-	-	-	-	16.628	16.628
17.993	(4.000)	1.541	-	-	-	-	-	15.534	15.534
3.126.187	(328.629)	456.318	(45.944)	(36.861)	(9.131)	-	21.000	3.182.940	3.182.940

18. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Provisões Técnicas Seguros	Saldos em 31/12/2012	Constituições	Reversões	Atualizações	Pagamentos	Saldos em 31/12/2013
Provisão de prêmios não ganhos (PPNC + PRVNE)	5.350.868	13.632.396	(11.835.271)	-	-	7.147.993
Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL	2.545.026	6.448.213	(1.230.482)	6.695	(4.672.401)	3.097.051
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	713.127	183.093	(24.967)	-	-	871.253
Provisão de despesas relacionadas - PDR	-	67.098	-	-	-	63.598
Provisões técnicas - seguros	8.609.021	20.474.360	(13.158.238)	6.695	(4.672.401)	11.259.437
Provisões Técnicas - Vida Individual e Vida com Cobertura Sobrevivência/VGBL	Saldos em 31/12/2012	Constituições	Reversões	Atualizações	Pagamentos	Saldos em 31/12/2013
Provisão matemática de benefícios a conceder - PMBaC	711.275	218.970	-	1.784	(126.843)	805.186
Provisão matemática de benefícios concedidos - PMBC	6.277	3.273	-	-	(41)	9.509
Provisão de insuficiência de Prêmios - PIP	246.116	-	-	-	-	246.116
Provisão de riscos não expirados - PRNE	7.882	-	-	-	-	7.882
Provisão de benefícios a regularizar - PBR	29.672	-	-	-	-	29.664
Provisão de oscilação de riscos - POR	51	-	(208)	-	-	-
Provisão de eventos ocorridos mas não avisados - IBNR	25	-	(6)	-	-	19
Outras provisões técnicas - OPT	47.468	534	(582)	75	-	47.495
Total	1.048.756	222.777	(847)	1.859	(126.884)	1.145.671
Curto Prazo	7.587.017	-	-	-	-	9.828.471
Longo Prazo	2.070.770	-	-	-	-	2.576.637
Total de provisões técnicas de seguros	9.657.787	-	-	-	-	12.405.108

Custo de Aquisição de Diferido	Saldos em 31/12/2012	Constituições	Reversões	Saldos em 31/12/2013
Curto prazo	1.008.032	310.183	(76.947)	1.241.268
Longo prazo	395.22			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

Ramos de atuação	2012		Despesas (receitas) de		Percentual - %	
	Prêmios ganhos	Sinistralidade	comercialização	Sinistralidade	Comercialização	
Automóvel	2.286.494	1.623.025	498.771	70,98	21,81	
Vida em grupo	1.575.668	716.229	550.902	45,46	34,96	
Prestamista	857.584	218.626	278.311	25,49	32,45	
Responsabilidade civil facultativa	734.359	445.978	100.320	60,73	13,66	
Acidentes pessoais coletivos	379.224	60.119	124.513	15,85	32,83	
Acidentes pessoais passageiros	327.848	14.327	176.009	4,37	53,69	
DPVAT	335.088	295.838	4.962	88,29	1,48	
Penhor rural - instituição financeira privada	273.679	51.333	27.286	18,76	9,97	
Seguro agrícola com cobertura do FESR	245.110	207.848	20.902	84,80	8,53	
Riscos diversos	235.300	82.907	120.511	35,23	51,22	
Seguro de vida do produtor rural	199.031	28.639	57.808	14,39	29,04	
Compreensivo residencial	163.262	79.013	61.625	48,40	37,75	
Compreensivo empresarial	147.736	59.168	51.545	40,05	34,89	
Garantia estendida	124.354	44.426	90.870	35,73	73,07	
Doenças graves ou doença terminal	121.463	15.155	42.922	12,48	35,34	
Responsabilidade civil transportador	102.439	72.614	28.736	70,89	28,05	
Assistência e outras coberturas - Auto	66.255	44.190	9.012	66,70	13,60	
Penhor rural - instituição financeira privada	54.120	24.664	15.307	45,57	28,28	
Transportes nacionais	47.113	31.636	12.920	67,15	27,42	
Benefícios/produto agropecuário	37.200	20.857	8.997	56,07	24,19	
Créditos domésticos e risco comercial	34.317	81.864	8.796	238,55	25,63	
Riscos nomeados e operacionais	22.174	5.757	2.308	25,96	10,41	
Crédito interno	16.033	21.321	1.340	132,98	8,36	
Transportes internacionais	15.456	1.624	3.492	10,51	22,59	
Acidentes pessoais individuais	6.359	1.334	11	20,98	0,17	
Renda de eventos aleatórios	1.525	124	122	8,13	8,00	
Crédito à exportação riscos comerciais	190	320	22	168,42	11,58	
Contribuição de risco	4.416	19	5.080	0,43	115,04	
Demais ramos	1.598.071	868.344	202.148	54,34	12,65	
Total	10.011.868	5.117.299	2.505.548	51,11	25,03	

a) Prêmios líquidos

	2013	2012
Prêmios diretos	13.422.980	11.147.698
Prêmios de cosseguros aceitos	134.307	215.698
Prêmios - riscos vigentes não emitidos	769.379	70.257
Prêmios cedidos em cosseguros	(184.920)	(66.508)
Prêmios de retrocessões	4	4
Total	14.141.750	11.367.149

b) Receita com resseguros

	2013	2012
Recuperação de sinistros	733.104	736.426
Varição provisão - IBNR	(34.027)	27.431
Outras receitas com resseguro	2.167	-
Total	701.244	763.857

c) Sinistros ocorridos

	2013	2012
Sinistros	(6.049.702)	(5.247.455)
Serviços de assistência	(127.641)	(143.599)
Salvados e ressarcimentos	500.569	394.668
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(95.273)	(120.913)
Total	(5.772.047)	(5.117.299)

d) Despesas com resseguros

	2013	2012
Resseguro cedido	(1.295.892)	(908.760)
Resseguro catástrofe	(4.594)	(3.942)
Total	(1.300.486)	(912.702)

e) Custos de aquisição

	2013	2012
Comissões	(3.004.348)	(2.535.442)
Recuperação de comissões	23.316	9.938
Outras despesas de comercialização (despesas de pró-labore remuneração agências)	(176.155)	(284.686)
Varição das despesas de comercialização diferidas	442.882	327.204
Despesas de custeamento de vendas	(37.821)	(86)
Despesa com inspeção de riscos	(31.349)	(22.476)
Total	(2.783.475)	(2.505.548)

f) Outras receitas e despesas operacionais

	2013	2012
Com seguros	(95.424)	(103.610)
Com cobrança	(33.612)	(41.661)
Com administração de apólices - pró-labore	-	-
Com honorários, recuperação com emissão de apólice e despesas com DPVAT	(75.775)	(35.617)
Com contingências civis	(30.167)	(28.332)
Com lucros atribuídos	10.199	(36.862)
Com endomarketing	(14.248)	(25.372)
Com contribuição ao FESR	(127.496)	(87.710)
Outras despesas operacionais	(102.190)	(70.882)
Total	(468.713)	(437.769)

g) Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Pessoal próprio	(8.268)	(179)	(548.284)	(473.291)
Serviços de terceiros	(458)	(840)	(261.996)	(252.932)
Localização e funcionamento	(2)	(136)	(231.436)	(178.002)
Outras despesas administrativas	(13.045)	(7.964)	(281.506)	(280.119)
Total	(21.773)	(9.119)	(1.323.222)	(1.184.344)

h) Despesas com tributos

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
COFINS	-	-	(350.598)	(223.407)
PIS	-	-	(49.750)	(36.514)
Taxa de fiscalização	(1)	(2)	(16.298)	(14.856)
Outras despesas com tributos	(20)	(4)	(4.910)	(5.024)
Total	(21)	(6)	(421.556)	(279.801)

i) Resultado patrimonial

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Resultado equivalência	456.318	277.964	-	-
Amortização do PPA	(30.323)	(32.845)	-	-
Participações em outras sociedades (IRB)	-	-	49	(233)
Total	425.995	245.119	49	(233)

j) Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Resultado financeiro	13.592	(5.885)	771.616	660.132
Com títulos de renda fixa	-	-	365.550	781.132
Com títulos de renda pública	-	-	55.659	18.014
Com operações de seguros	-	-	147.310	150.165
Com de aplicação mercado aberto	-	-	-	7
Com oscilação valor cota	30.514	15.034	292.203	99.216
Com atualização de depósitos judiciais	-	-	53.330	27.152
Com crédito tributário	-	-	260.068	-
Outras receitas financeiras	-	-	11.354	18.257
Receitas financeiras	30.514	15.034	1.185.324	1.093.943
Com juros sobre ativos financeiros	-	-	(27.253)	(47.312)
Com atualização monetária sobre provisões judiciais	-	-	(51.365)	(12.308)
Com taxa de administração	-	-	(33.457)	(30.732)
Com operações de seguros	-	-	(142.163)	(98.046)
Com operações de previdência complementar	-	-	(67.280)	(142.039)
Com tributos	-	-	(45.177)	(53.605)
Outras despesas financeiras	(16.921)	(20.919)	(47.157)	(49.769)
Despesas financeiras	(16.921)	(20.919)	(413.852)	(433.811)

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Controladora		Consolidado	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes dos impostos e após participações	417.793	417.793	1.556.229	1.556.229
Equivalência patrimonial	(425.995)	(425.995)	(49)	(49)
Lucro ajustado	(8.202)	3.104	1.556.179	1.556.179
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(2.075)	(738)	397.433	247.236
Diferenças temporárias	-	-	(205.955)	(105.784)
Diferenças permanentes	2.431	875	(154.738)	(93.555)
Deduções incentivadas	(18)	-	(11.973)	-
Prejuízo fiscal e base negativa	-	-	(17.774)	(10.965)
Seguros rurais	-	-	(84.455)	-
Tributo antes das compensações	338	137	(77.463)	36.933
Constituição/Reversão de créditos tributários	-	-	216.051	107.260
Imposto corrente	-	-	(5.563)	(15.392)
Total	338	137	133.025	128.801

	Controladora		Consolidado	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes dos impostos e após participações	248.223	248.223	1.183.057	1.183.057
Equivalência patrimonial	(245.119)	(245.119)	-	-
Lucro ajustado	3.104	3.104	1.183.057	1.183.057
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	776	279	295.764	177.459
Diferenças temporárias	-	-	(67.129)	9.544
Diferenças permanentes	(48)	28	(306)	(110)
Deduções incentivadas	-	-	30	11
Resultado participação em controladas e coligadas	-	-	233	233
Tributo antes das compensações	728	307	228.592	187.137
Compensações de prejuízos fiscais	-	-	-	-
Imposto corrente	728	307	228.592	187.137
Total	728	307	228.768	187.255

24. PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

O Grupo proporciona plano de previdência complementar a seus colaboradores, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida. Não é concedido qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. Em 2013, as contribuições efetuadas durante o período totalizaram R\$ 3.062 (R\$ 2.803 em 2012).

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou como partes relacionadas ao Grupo, o Banco do Brasil S.A. e as empresas a ele ligadas, as empresas do Grupo MAPFRE, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Com o Banco do Brasil e empresas a ele ligadas, o Grupo mantém operações que geram receitas (basicamente à venda de seguros) e despesas (principalmente a compra de seguros dos ramos saúde e auto, títulos de capitalização, a intermediação e suporte na venda de seguros a terceiros, a administração de sua carteira de investimentos e incentivos a vendas). O BESC Clube - Compromisso Social com os Catarinenses faz parte do conglomerado Banco do Brasil, com o qual o Grupo, por meio das controladas Aliança do Brasil Seguros S.A. e Companhia de Seguros Aliança do Brasil, tem operações desde 31 de agosto de 2010, que geraram despesas (principalmente a intermediação e suporte na venda de seguros a terceiros) registradas na rubrica "Outras despesas operacionais". Ademais, a BB Corretora atua na cobrança de prêmios de seguro, repassando-os ao Grupo somente após um período definido contratualmente. Com as empresas do Grupo, as operações referem-se basicamente à contratação de seguros, a intermediação e suporte na venda de seguros a terceiros, a administração de sua carteira de investimentos e incentivos a vendas. Existem também operações relativas à utilização da estrutura e recursos entre as empresas do Grupo, de forma que o montante relativo a essa utilização é rateado e ressarcido conforme estabelecido entre as partes. A Companhia mantém operação de resseguro com a MAPFRE Re do Brasil Companhia de Resseguros. **Remuneração do pessoal-chave da Administração:** É estabelecido anualmente por meio da Assembleia Geral Ordinária o montante global anual da remuneração dos administradores, que é distribuída em reunião do Conselho de Administração aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social. A Administração identificou como partes relacionadas à SH1 e SH2, o Banco do Brasil S.A. e empresas a ele ligadas, o Grupo, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05. **Outras informações:** Conforme legislação em vigor, sociedades seguradoras, entidade de previdência e sociedades de capitalização não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para: **i)** Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau; **ii)** Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e **iii)** Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% da própria Seguradora, quaisquer diretores ou administradores da própria Seguradora, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não são efetuados pelo Grupo empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e seus familiares.

	2013		2012	
	Ativos	Passivos	Receitas	Despesas
Banco do Brasil	42.170	26.636	21.932	33.255
BB Corretora	62.079	447.524	-	1.418.688
BB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	-	-	-	3.538
BB Turismo	-	-	16	-
BESC Clube	-	748	-	144
Brasil Saúde	-	-	-	3.688
BrasilPrev Seguros e Previdência S.A.	-	-	1.400	-
MAPFRE Re do Brasil	95.727	72.044	20.296	96.463
MAPFRE Re do Brasil Companhia de Resseguros	23.671	19.808	5.588	19.675
CESVI Brasil	48	3	4.597	4.477
DETECTAR Estudos Técnicos Ltda.	-	-	568	562
MAPFRE Administradora de Consórcios S.A.	137	-	607	-
MAPFRE Holding do Brasil Ltda.	2	-	113	101

	2013		2012	
	Ativos	Passivos	Receitas	Despesas
Banco do Brasil	42.821	9.628	60.016	193.723
BB Corretora	1.797	259.389	14.339	1.007.293
BB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	-	279	-	30.731
BB Turismo	5	-	3	1.860
BESC Clube	-	495	-	1.859
Brasil Saúde	-	-	-	3.306
BrasilPrev Seguros e Previdência S.A.	-	-	131	449
MAPFRE Re do Brasil	12.291	15.565	46.463	39.223
MAPFRE Re do Brasil Companhia de Resseguros	2.947	4.139	17.519	9.638
BB Administradora de Cartões de Crédito	-	14	-	